

CONTAS À MODA DO PORTO / CIDADE À MODA DO PORTO

A apresentação ao Executivo, Assembleia Municipal e à cidade dos documentos referentes ao orçamento é sempre um dos momentos mais determinantes do mandato autárquico e um elogio à transparência das contas públicas municipais.

Os números refletem políticas e as políticas condicionam os números, que não dependem apenas de um exercício anual e nem apenas das políticas e nem apenas das políticas locais. Mas esses números que fazem parte do presente relatório, informam também da consequência de todas essas políticas, que vêm sendo seguidas nos últimos anos e do caminho que se pretende seguir ou prosseguir daqui para a frente.

Este é o sétimo orçamento apresentado pela governação independente na Câmara Municipal do Porto, tendo o primeiro sido muito condicionado pela sua aprovação muito pouco tempo após a tomada de posse em 2013. Desde esse ano, o seu valor global cresceu 50%, em receita mas também em despesa, o que em boa parte se deve a um forte acréscimo do investimento.

Esta é, pois, a realidade dos números. Uma realidade insofismável que nos indica sobre um caminho de crescimento e sustentabilidade das contas públicas municipais, mas também sobre os ganhos de qualidade de vida dos portuenses, como veremos adiante.

Independentemente das leituras e do sentido de voto de cada força política, este é também um momento de convocar à participação da oposição, no respeito pelos princípios democráticos que, no caso específico das questões orçamentais, vão explicitamente além do mero direito de recusar os documentos que lhe são apresentados.

Por isso mesmo, temos vindo a melhorar o processo de participação e discussão do orçamento, previamente à sua submissão à Câmara e Assembleia, o que, seguramente, todas as forças políticas reconhecerão hoje. Os documentos que aqui se apresentam são já o resultado desse processo de auscultação e reflexão democrática que, acreditamos, não pode deixar de ser apelidada de exemplar.

Mas, qualquer orçamento o que reflete são previsões, que resultam de intensões políticas, quer do lado da receita quer do lado da despesa. Os bons orçamentos são aqueles cujas contas estão certas, ou seja, que são realistas e espectáveis e que se apresentam com especial prudência do lado da receita e com uma declarada ambição responsável do lado da despesa.

DÍVIDA BANCÁRIA ATINGE ZERO EUROS

Com estes princípios, o Município do Porto tem podido, nos últimos seis anos, reduzir de forma determinante a sua dívida bancária, que atinge início em 2020 com zero euros. Zero euros de dívida representam um serviço de dívida nulo. Zero euros de juros pagos à banca. 100% de liberdade na aplicação da parte disponível de orçamento para investimento.

A grande questão é como se chegou aqui. Chegou-se a partir de uma elevada carga fiscal sobre os moradores? Chegou-se vendendo património municipal acima dos níveis de redução de endividamento, como aconteceu de forma insustentável nos 12 anos anteriores? Ou chegou-se com ganhos de eficiência interna e aproveitando o extraordinário momento económico da cidade para o qual, entre outros fatores, contribuem também as políticas municipais?

A questão é das mais legítimas do ponto de vista político. Mas é também uma questão importante do ponto de vista das contas certas que comecei por referir.

Com efeito, o Porto vive por estes anos uma espécie de paradoxo positivo para os seus moradores. Pagam cada vez menores taxas de impostos, pagam cada vez menos pelos seus serviços essenciais, têm cada vez mais e melhor acesso a bens culturais e serviços de elevada qualidade, mas a cidade consegue proporcionar-lhes isso enquanto melhora as suas contas, reduzindo endividamento até ao zero e criando cada vez mais atracção sobre si própria, gerando mais receitas para o seu orçamento e para a economia local.

Claro, para que esta equação seja possível as empresas têm que aqui encontrar um bom ambiente para investir e ser lucrativas. Sejam essas empresas da área imobiliária sejam de outros sectores da economia, como os ligados ao turismo ou ao comércio, e aqui incluímos em particular os pequenos negócios familiares que vão proliferando por uma cidade que foi sempre um berço de empreendedorismo.

Mas também os que não vivem no Porto, mas usam a cidade, têm que deixar um maior contributo. O justo contributo. Pagando efetivamente pelo estacionamento, pagando efetivamente pelo uso turístico que fazem da cidade e deixando mais-valia na economia, criando emprego e gerando mais receita.

Esta é, assumidamente, a política económica da cidade. Uma política que se constrói em função do benefício dos que cá vivem ou dos que cá decidem passar a viver.

MENOS IMPOSTOS

Desçamos, agora mais fundo nos números.

Desde 2013, ano da tomada de posse do executivo liderado pela solução política independente que se apresentou à cidade, reduzimos o IMI de forma muito substancial. A taxa aplicada era, aquando da nossa chegada, de 0,45%, ou seja, muito próxima do máximo de 0,5% então permitido.

Hoje é de apenas 0,324%, muito próxima do mínimo permitido de 0,300%. Mas, mesmo essa taxa, ligeiramente acima da mínima, só é paga por empresas, pela hotelaria e por quem tem, por exemplo, uma segunda residência ou prédios parqueados ou alugados na cidade. Porque para os residentes, que detêm casa própria, ela está ainda abaixo disso, graças à aplicação de um regulamento de redução de taxas de que fomos pioneiros no país.

Para que fique claro: os portuenses pagam menos IMI do que qualquer outro município em qualquer conselho vizinho. E esse é um contributo extraordinário que o Município do Porto lhes dá como incentivo a que habitem nesta cidade.

A esse, junta-se o preço da água, que é também dos mais baixos dos grandes municípios, tendo registado em seis anos uma evolução que beneficia os municípios, já que os seus aumentos foram sempre residuais e houve mesmo anos em que houve redução de preço. Para 2020, os preços manter-se-ão estáveis, o que representa uma redução continuada, se comparados com a taxa de inflação e mais ainda com o preço da matéria-prima, que no mesmo período subiu substancialmente. Para este ano, no primeiro escalão, haverá de novo uma redução de preço da água, ainda que residual.

Também o estacionamento é hoje para os moradores do Porto algo que pesa bem menos nos seus orçamentos. Se há seis anos assistíamos a um sistema que os obrigava a pagar nos parcometros, onde a fiscalização era insípida e provocava a invasão do espaço público por dezenas de milhares de carros vindos de outros municípios e que aqui parqueavam todo o dia, todos os dias, roubando lugares aos que cá viviam; se há seis anos um morador pagava 400 euros pelo direito a estacionar nos lugares existentes na cidade, hoje a situação é bem diferente.

O estacionamento está ordenado, quem vem de fora da cidade vê-se obrigado a deixar os lugares à rotação, que tanto beneficia o comércio e a economia local. E os que cá moram, por 25 euros anuais, ou seja, por pouco mais de dois euros por mês ou menos de 7 cêntimos por dia, podem estacionar próximo das suas residências, sem recorrer aos parcometros e em lugares que hoje encontram disponíveis.

Os moradores do Porto, que são os portuenses, tenham eles uma longa história familiar na cidade ou tenham vindo nesta geração habitá-la – e todos esses são portuenses – têm hoje outras vantagens em viver no Porto.

MAIS HABITANTES

Desde logo, vivem numa cidade vibrante, com gente, com comércio, com oferta de entretenimento, de desporto, de cultura.

O cenário da cidade cinzenta, abandonada, em ruína ou pré-ruína, foi substituída por uma cidade que oferece mundo aos seus munícipes. Hoje, todos têm acesso à cultura no Porto. Por um preço muito acessível, ou mesmo sem qualquer custo, todos podem ir ao Rivoli, ao Teatro do Campo Alegre, à Galeria Municipal, viajar pelo mundo das artes plásticas, do cinema, do teatro, da dança e da música.

Ou podem assistir nos seus bairros, nos seus locais antes esquecidos, à Cultura em Expansão, que lhes leva tudo isso e os convida a participarem.

Tudo isto aconteceu num tempo em que o investimento foi recorde e crescente. Nunca se investiu tanto na reabilitação da habitação social, onde o Porto já dobra os números que constituem para o Governo de Portugal um objetivo distante.

A cidade está a ficar reabilitada no seu casco histórico, provocando sobre si o interesse – imobiliário, pois claro, mas também dos que cá querem investir e já investem em empresas tecnológicas que trabalham para todo o Mundo, mas também para os que cá vêm viver.

Numa cidade abandonada, cinzenta, ninguém quer viver. Ninguém se queixa dos preços da habitação que não quer habitar, por muito baixo que esses preços cheguem a ser, por não haver procura.

Numa cidade que renasce, numa cidade onde todos agora querem viver, há, claro está, pressão sobre os preços, que assim sobem. Como queriam que fosse? Pergunto aos que se incomodam com o sucesso que vivemos: como queriam que acontecesse? Que os que durante décadas ou mesmo gerações, se viram a contas com um património que precisavam manter de pé, muitas vezes sem terem os recursos para isso, os tivessem agora que recuperar não participando contudo nos lucros que a economia lhes proporciona?

Ou pretendiam que a Câmara ou o Estado interviesse e nacionalizasse o que, durante décadas, deixou às custas de privados com dificuldade? E tudo nacionalizado, com dinheiro que o país não tem, entregasse a todos a renda social? Sabemos que, onde se tal foi feito, esse modelo levou à degradação completa da sociedade e das condições de vida dos cidadãos.

Estamos, pois, muito satisfeitos com os números que se expressam nestes documentos. Eles mostram que com os estímulos corretos à economia, ao trabalho, à livre iniciativa, criando um mix de oferta de emprego especializado com emprego indiferenciado, como acontece numa cidade que se abre às empresas tecnológicas mas também ao turismo, é possível fazer crescer receita, desonerando os munícipes e, simultaneamente, dar-lhes melhores condições de vida. Na cultura, no desporto, nos transportes, na educação, no ambiente, na segurança, na gestão do espaço público.

Um orçamento é acerca de números que espelham políticas e o resultado dessas políticas. E, sobre isso, há um número que concretiza tudo isto. O número de habitantes na cidade. Independentemente do fortíssimo investimento que temos feito na habitação social, subsidiando fortemente o preço das casas a quem não pode, mesmo, pagar – são dezenas de milhares no Porto – estamos a tratar também de preencher um efeito secundário recente que a crescente procura pela habitação nas cidades portuguesas provocou.

Trata-se de um programa de habitação a renda acessível que tem um espelho de investimento já neste orçamento e que será lançado em distintos caminhos de investimento. Prevemos projetos inteiramente suportados pelo município, mas também opções para a construção e arrendamento acessível por parte de privados, nas condições impostas pelo Município, e em terrenos que lhe pertencem.

Estes instrumentos possibilitarão a prazo a disponibilização de um stock de habitação considerável. Contudo, não nos iludamos, o mercado da habitação para arrendamento apenas terá dinâmica se aos proprietários for garantido, de forma duradoura, que o seu património não é captado pelo arrendatário e que tem instrumentos para retirar efetivo lucro da habitação que coloca no mercado. E os sinais produzidos nos últimos anos não foram positivos. E tanto que não foram, que o mercado do arrendamento quase não existe no país, e o que existe está onerado por legislação desadequada.

De uma vez por todas, o país tem que decidir, se quer ou não ter mercado do arrendamento. Se quer, não pode transmitir aos proprietários sinais contraditórios e ao arrendatário a ideia de que tem o direito a habitar a casa de outrem sem lhe dar a justa contrapartida financeira.

Mais uma vez, esta não pode ser uma questão ideológica nem demagógica, pois desde 1975 que o país optou por seguir um caminho de economia aberta de mercado. Um mercado que deve ser regulado, mas que não pode ser condicionado como no tempo do “Estado Novo”.

Podia, ainda assim, dizer-se que o Município está, pese embora uma política de promoção do território, e fruto de todos os efeitos secundários que o sucesso também traz, a perder população.

GENTRIFICAÇÃO

Ou seja, estará o Porto a ser alvo de um processo de gentrificação que o está a desertificar? Estaremos, com estas políticas, a expulsar habitantes, como os populismos da extrema-esquerda e da extrema-direita gostam de afirmar?

Sobre isso, há uma má notícia e uma boa notícia para dar. A má notícia é que o processo de gentrificação existe. Mas não nasceu há seis anos. Nem nasceu com o turismo, com a Ryanair ou com a perigosa chegada de independentes à governação da cidade. Esse processo começou nos anos 70 e não expulsou um número residual ou uma classe social do centro da cidade. Expulsou todos. Os pobres, que foram silados em torres de habitação social mal desenhadas. Os remediados, que foram procurar habitação na Maia, em Gondomar, em Gaia ou em Matosinhos, porque ali encontravam melhor preço mas sobretudo melhor qualidade de vida e porque os empregos também já começavam a escassear no Porto. E os ricos, que não queriam habitar uma baixa perigosa, suja, abandonada e deserta.

Esse foi o processo de gentrificação que o Porto conheceu nos anos 70, 80 e 90 do Século passado. Mas também na primeira década do presente Século.

Foi graças a esse processo que, em 40 anos, o Porto perdeu quase um terço da sua população e encostou outro terço à sua própria periferia, criando guetos e provocando um enorme buraco no seu centro.

100 mil portuenses desapareceram ou partiram e não foram substituídos. E durante décadas, as forças políticas que agora encham a boca com a gentrificação, clamaram pelo seu regresso.

A má notícia é essa. Lutamos, no Porto, como noutras cidade, contra a história de décadas de políticas locais e nacionais desastrosas, com ou sem a conviência de todos os que agora têm representação nas nossas assembleias, mas pelo menos com o seu conhecimento e queixa.

A boa notícia é que esse tempo acabou.

Os tempos, prolongados, dolorosos, penosos e muito penalizantes para a cidade, em que esta perdia habitantes sem saber o que fazer, acabaram. Hoje, o Porto consegue apresentar um número que desmonta por completo o discurso da desgraça anunciada, provocada pelo crescimento da economia, da reabilitação, do turismo. Pelo segundo ano consecutivo, segundo o mesmo Instituto Nacional de Estatística (INE) que tanto foi citado para anunciar o apocalipse, o Porto ganhou habitantes. Quase 50 anos depois e por dois anos consecutivos, o Porto volta a ganhar habitantes.

Os orçamentos são números, previsões, dotações. Representam políticas. Políticas que continuam estratégias ou corrigem os seus resultados. É o que procuramos fazer com o presente orçamento. Mas o número mais importante de todos é este. É o do crescimento humano da cidade. Em toda as suas dimensões. Sociais, culturais, económicas, mas também demográficas.

Permitam-me ter, em todos estes aspetos, a opinião bem sustentada nos números, de que a cidade está a ganhar as diversas batalhas que decidiu enfrentar. Até na área da demografia e mesmo que isso destrua por completo um discurso político demagógico que, convenhamos, está gasto.

Naturalmente, a cidade está hoje confrontada com novas pressões. Há mais pessoas a trabalhar na cidade, há mais atividade económica, há mais construção civil, há novas logísticas, há mais turistas, há mais habitantes. A procura pelo espaço aumentou. Não teria aumentado, e até teria diminuído, se continuássemos a perder população e as atividades económicas estivessem a definhar. Esse aumento tem impactos indissociáveis e inevitáveis em todos os recursos da cidade e, em particular, na mobilidade. Tanto mais que, nessa matéria, há mais de uma década que não ocorrem investimentos significativos por parte do Estado.

APOSTA NA MOBILIDADE

Foi por essa razão que, concomitantemente com o investimento agora anunciado para a Metro do Porto, ainda assim insuficiente, e o empenho do Município e da área metropolitana em resolver o problema da VCI, bem como da decisão de construir uma nova ponte com o município de Vila Nova de Gaia como parceiro e de investir em modos suaves, se entendeu – em articulação com o Estado e com os municípios vizinhos – ser necessário assumir, de imediato, a municipalização da STCP.

A única forma de reduzir a dependência do transporte individual é garantir que, nos próximos anos, a oferta de transporte público confortável e sustentável substitui a excessiva dependência do veículo automóvel, cuja proliferação não encontra resposta na rede viária existente, reclama uma proporção inaceitável do espaço público já de si exíguo e que os cidadãos desejam para outros usos comuns, e tem uma pegada ambiental inaceitável. A municipalização da STCP, que é um velho anseio dos portuenses, tem um impacto significativo no orçamento, mas tem um elevado potencial com impacto transversal em todas as políticas municipais.

A devolução do espaço público à sua mais nobre função, quer através da sua humanização em zonas da cidade ainda degradadas, quer através do investimento em novos parques e jardins, é uma condição indispensável para o equilíbrio territorial que se pretende alcançar, reduzindo as assimetrias e reforçando o sentimento de pertença dos cidadãos.

Este é, pois, o orçamento municipal para 2020. Um documento que indica muito claramente qual a política municipal. Voltada para Campanhã e para a recuperação do seu atraso histórico; para a habitação pública e apoiada e para o benefício aos residentes, através da aposta na sustentabilidade, no ambiente, na educação e sempre, sempre, com contas à moda do Porto. Dirá a oposição, legitimamente, que poderíamos baixar ainda mais os impostos que baixamos. Que poderíamos fazer um esforço ainda maior no preço da água. Mas isso não seria tratar bem o futuro dos portuenses nem respeitar o compromisso eleitoral que, por duas vezes, assumi.

As contas públicas municipais são públicas, mas dependem muito da economia, da forma como a tratamos e estimulamos, mas também de fatores conjunturais que uma autarquia nem sempre pode influenciar, por responderem a fenómenos nacionais e mesmo internacionais. Daí a prudência que devemos sempre ter do lado da despesa. Cremos que está demonstrado o bom senso da forma como temos equilibrado os nossos orçamentos, dando benefício e reduzindo dívida, sem para isso vender os anéis.

EIXOS PRIORITÁRIOS E TRABALHADORES MUNICIPAIS

O investimento que continuamos a fazer neste orçamento em áreas como a habitação social, ambiente, educação, cultura, reabilitação urbana, via pública, proteção civil e polícia, recursos humanos, atração de investimento, inovação e outras, pode ser “apenas” a continuidade de políticas anteriormente já assumidas por este ou até anteriores executivos, mas não é, por isso, menos importante.

Ao contrário, pese embora haja uma tendência para valorar o que é novo, é importante que não se desvalorize aquele investimento que, por tão bem executado e tão bem continuado, já nem é notícia. Ele é, contudo, notado nas contas que aqui apresentados e das quais, modestamente, nos orgulhamos, por serem o resultado de políticas municipais e nacionais, mas sobretudo por serem o fruto do trabalho dos portuenses que, sabiamente, sempre souberam fazer as suas escolhas em liberdade.

Finalmente, deixo uma palavra aos trabalhadores municipais e às organizações das empresas municipais, que também se espelham nestes documentos. O orçamento é também o reflexo na aposta que continuamos a fazer no capital humano, recusando a ideia de que a despesa com recursos nesta área seja um custo. Não é, é um investimento. E é um investimento reprodutivo, numa cidade que está a crescer e precisa oferecer mais e melhores serviços aos seus munícipes.

Rui Moreira, in Relatório do Plano e Orçamento Municipal sujeito à aprovação do Executivo Municipal.